

A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984)

Tauana Olivia Gomes Silva¹

Resumo: Este projeto de tese visa analisar a trajetória política e ideológica das mulheres negras que se engajaram nas organizações de esquerda para combater a ditadura militar. Na perspectiva de transformar totalmente a sociedade, elas aderiram primeiro a uma ideologia – o comunismo. Em seguida, elas se afirmaram como novos sujeitos políticos e exigiram o reconhecimento das suas diferenças e desigualdades de gênero e de raça. O foco central da pesquisa é compreendermos o interesse que as mulheres negras comunistas tiveram durante o período ditatorial, pelas problemáticas ligadas às discriminações de gênero, de raça e de classe social. Nessa direção, objetivamos também uma melhor compreensão dos principais desafios e dificuldades de seus planos de ação, suas habilidades em combinar ideologia comunista e novas referências sobre o papel subalterno das mulheres e dos negros, e, enfim, os conflitos, as formas de exclusão e de submissão com as quais elas tiveram que lidar cotidianamente. Como as protagonistas estão vivas e exercendo ações políticas até o presente momento, foi escolhida a história oral como principal metodologia para o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa. Esses documentos serão em seguida analisados com outras fontes documentais tais quais os panfletos, os jornais e as pautas das reuniões do partido comunista, do movimento feminista, negro e do movimento das mulheres negras.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Movimento Negro, Feminismo.

Para justificar a captura e a exploração sexual das escravas, a sociedade brasileira, desde a sua constituição, estabeleceu a ideia segundo a qual as mulheres negras existiam unicamente para servir aos outros. “O servilismo tem sido considerado atributo natural ou papel social designativo das funções da mulher negra na sociedade.” Gilberto Freyre atribui à mulher negra dois papéis: “à mulata, um ser-corpo sexualizado, pronto para satisfazer os desejos sexuais de outros; e à negra, um corpo-trabalho” (MOREIRA, 2011, p.26)^{2,3}

Hooks, no artigo intitulado *Intelectuais Negras*, aponta como suas alunas hesitam na busca mental a nomes de mulheres negras intelectuais. Essa invisibilidade seria consequência do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizada, assim como reflexo dos reais obstáculos que as mulheres negras enfrentam quando optam pelo trabalho intelectual como vocação. (HOOKS, 1995, p. 467).

Diva Moreira, ao tentar constituir em Belo Horizonte a primeira Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, já em 1998, revela que os vereadores

¹ Doutoranda em História na Universidade Rennes 2- Haute Bretagne, França, em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina E-mail: tauana_hist@yahoo.com.br

² Gilberto Freyre citado por Nubia Moreira (MOREIRA, 2011, p. 26)

³ Como já dizia o ditado: Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar.

" (...) se depararam com uma pessoa com quem eles nunca tinham se deparado na vida: uma intelectual negra. Entendeu? E eu chegava com a maior paciência também, não chegava esnobando, senão perdia os caras na hora. Chegava com um sorriso, 'vereador e tal', e eles vinham com todas as reações deles: 'A senhora é tão inteligente.'" (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 223)

Dessa forma, ao se engajar nos movimentos de resistência contra a ditadura militar em 1964, as mulheres negras comunistas são personagens em ruptura total com as funções que lhes foram atribuídas, que se insurgem contra a ordem estabelecida e que lutam para defender seus ideais. Esse artigo visa assim, a analisar a participação política de Diva Moreira e Edna Roland nos movimentos sociais de Minas Gerais e São Paulo, durante a ditadura militar no Brasil. Trata-se de compreender as trajetórias de vida dessas duas mulheres negras, desde sua formação política nos movimentos de esquerda até sua participação nos movimentos feministas e negros.

A militância ativa nos grupos de resistência contra a ditadura militar permitia a várias mulheres negras a afirmação de sua presença nos processos políticos, além de fazer ouvir suas reivindicações. Portanto, no caso das mulheres negras, que muitas vezes são pessoas anônimas, simples e sem nenhum status político ou econômico, é difícil encontrar fontes históricas. Nesse sentido, para entendermos a participação política de Diva Moreira e Edna Roland, foi escolhida a história oral como principal metodologia.

Na História do Tempo Presente a palavra individual como fonte histórica é válida, pois essa linha historiográfica preocupa-se com as singularidades e com uma noção mais reflexiva do indivíduo. (AMADO e MORAES FERREIRA, 2006, p. 169, 170, 178) A História do Tempo Presente, desenvolvida na França nos anos 1970, favoreceu o retorno da história política e privilegiou a individualidade. Em oposição ao marxismo ortodoxo e ao estruturalismo, o indivíduo qualquer, através da sua experiência, foi reconhecido como protagonista da História. Além disso, foi admitido o caráter aberto e dinâmico das escolhas e das ações. A "guinada subjetiva" corresponde à aceitação da autonomia do indivíduo na sociedade. Nesse sentido, é a partir das entrevistas do CPDOC-FGV,⁴ que a escrita desse artigo se construirá. (SARLO, 2007, p. 12, 17, 18, 19)

O foco central do trabalho é compreendermos o interesse que Diva Moreira e Edna Roland tiveram durante o período ditatorial, pelas problemáticas ligadas às discriminações de gênero, de raça e de classe social. Sendo assim, objetivamos também uma melhor

⁴ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. Histórias do movimento negro no Brasil- depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

compreensão dos principais desafios e dificuldades de seus planos de ação. Assim em qual medida Diva e Edna, durante os anos 1970-1980, focaram-se nas especificidades de gênero e raça nas suas reivindicações no interior das organizações de esquerda e nas suas estratégias e ações políticas? Quais foram as principais inovações político-mobilizatórias trazidas pela protagonista? Quais foram suas principais divergências e redes de solidariedade com as militantes dos movimentos feministas e negros?

Os anos 1980, marcados pelo fim do regime ditatorial, representaram o apogeu da luta política das mulheres negras no Brasil. Os Movimentos de Mulheres Negras estruturados durante esse período proporcionaram-lhe uma maior visibilidade na cena política nacional. Dessa maneira, as mulheres negras se mobilizaram contra o racismo e o sexismo no Brasil, uma dupla discriminação que as relegou, desde a colônia escravagista às camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Estes movimentos autônomos são frutos de suas experiências em diferentes movimentos sociais. Durante a ditadura militar, as mulheres negras buscaram todas as formas de organizações passíveis de atender às suas expectativas. Nesse período, muitas militantes tiveram suas primeiras experiências políticas nos partidos de esquerda, já outras iniciaram suas trajetórias no movimento feminista, assim como no movimento negro. Esses grupos, constituídos em um contexto autoritário, lutavam pelos direitos civis, pela liberdade política e contra as desigualdades sociais. (MOREIRA, 2011, p.61)

Diva Moreira começou sua militância política no movimento jovem da Igreja Católica, e em seguida, com 22 anos, aderiu ao Partido Comunista Brasileiro:

"Em 1967 eu estava com um pé na universidade, iniciando o curso de comunicação social na Universidade Federal de Minas Gerais, e um pé na luta contra a ditadura, participando de manifestações, passeatas estudantis, correndo de polícia, correndo de bomba de gás lacrimogêneo... Eu tinha a minha inserção na faculdade, a minha inserção no movimento jovem da Igreja católica, e era uma pessoa extremamente ativista. E aí conheci José Francisco Neres, o pai da minha filha, que era do Partidão, do glorioso Partido Comunista Brasileiro, em 1968, nas manifestações operárias do 1º de Maio. Eu também tive uma inserção no movimento sindical a partir da amizade com ele." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p.51)

Já Edna Roland, com 20 anos, iniciou sua militância na Polop- Organização Marxista-Leninista:

"No terceiro ano de psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1971, numa aula de francês, eu conheci uma pessoa que veio a ser o meu companheiro e depois meu marido. Ele tinha vínculos com a Polop, Organização de Combate Marxista-Leninista- Política Operária, e então me recrutou. A gente fazia reuniões clandestinas em que estudava marxismo, O

capital, textos de Lênin, ou textos de Emir Sader- os irmãos Sader eram da Polop." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p.113)

Os anos 1960-1970 são nesse contexto, marcados por um momento da estruturação da militância política das mulheres negras, no interior dos grupos de esquerda, contra o autoritarismo no Brasil. Edna relata sua experiência com a repressão durante a ditadura militar.

"Um dia, em 1973, nós já morávamos juntos, chegamos em casa e a porta tinha sido aberta, arrombada creio. Nossa casa funcionava como um arquivo da organização, nós tínhamos uma mala com quilos de documentos considerados clandestinos. E essa mala tinha sido revirada, coisas foram reviradas em casa. Informamos então aos companheiros e isso foi considerado como tendo sido a repressão que teria entrado na nossa casa. Aconteceu com outros companheiros, mais ou menos na mesma época, e se julgou que eram situações semelhantes. Enfim, a organização achou que pelo menos três diferentes grupos estavam sendo vigiados pela repressão e considerou que havia risco de prisão. A Polop vivia então um momento que se chamava 'ROP', 'Recuo Organizado Provisório.' A avaliação política que se fazia era que a ditadura militar tinha considerações de eliminar fisicamente a esquerda no Brasil e, nesse sentido, a tarefa prioritária de todos os militantes era permanecer vivo. A direção da Polop então decidiu que não havia condições para a nossa permanência em Belo Horizonte e que nós devíamos entrar para a clandestinidade. Isso, em 1973. Na época não acreditei muito nessa interpretação dos fatos, eu falei: 'Poxa, mas se a repressão quer nos pegar, por que não ficou esperando? Por que deixou sinais da sua presença?' Eu achava que não era muito coerente essa interpretação. Mas os companheiros diziam: 'Você não tem que ficar cobrando coerência da repressão. Os fatos estão aí. Há elementos que indicam que há riscos.' Parece que o pessoal da AP também tinha indícios de que haveria quedas, como se falava. Enfim, eu e meu companheiro, que se chamava Antônio Maurício Fonseca da Oliveira- foi meu primeiro marido-, permanecemos ainda cerca de um mês ou dois em Belo Horizonte, já escondidos, não mais morando em nossa casa, eu morando na casa de alguns amigos e ele morando na casa de outras pessoas, aguardando que a direção da Polop definisse para onde a gente ia. Nessa época, na verdade, eu era de uma OPP, organismo para-partidário; eu nem era propriamente militante da organização. E aí, finalmente, a Polop definiu que nós deveríamos ir para São Paulo e que teríamos que romper todos os laços com nossa vida anterior. Isso significava romper relações com a família, com o trabalho, com os amigos etc. Estabelecer um corte de tal forma que, vivendo em São Paulo, ninguém pudesse nos localizar e a repressão não pudesse atingir." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 113, 114, 115)

Porém, a convergência das teorias de esquerda com as reivindicações específicas das mulheres negras lhes permitiu também um maior engajamento contra uma tripla discriminação. Desde a década de 1930, a questão da mulher e a questão racial foram integradas às temáticas próprias ao marxismo-leninismo. Movimentos de mulheres e movimentos negros, articulados com os movimentos de esquerda, começaram a se interrogar

sobre a condição das mulheres e dos negros, conseqüentemente, elaboraram várias críticas capazes de associar a exploração de classe à opressão de sexo e de raça.

No Brasil, essa interseção se acentuou ainda mais durante a ditadura militar, pois, o regime instaurado em 1964 e caracterizado pela suspensão dos direitos constitucionais, assim como pela repressão da oposição, acarreta também, paradoxalmente, uma forte mobilização dos diversos movimentos sociais urbanos. Nos dias seguintes ao golpe, vários setores da sociedade brasileira se organizaram para exigir o fim do autoritarismo e das desigualdades sociais, dentre os quais, os movimentos de esquerda foram os principais atores.

A eclosão do feminismo na década de 1970 entre as militantes dos movimentos de esquerda tinha como objetivo principal a luta pela democracia e contra o regime ditatorial. Por um lado, as mulheres lutavam pela anistia, pelas eleições livres e diretas, pela abertura dos espaços políticos tradicionais, por outro, elas privilegiavam ações que visavam às melhorias nas suas condições de vida. A importante participação das mulheres nos movimentos de oposição, suscitou um debate sobre a discriminação e a subordinação das mulheres, assim como, encorajou a sua participação nas produções científicas e nas ações políticas. (SCHEIBE WOLFF e PEDRO, 2010, p, 146, 174, 182)

No Brasil, os estudos sobre a mulher se apresentaram ainda na década de 1970. Heleieth Saffioti defendeu em 1967, sob orientação do professor Florestan Fernandes, a tese intitulada *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, publicada pela Editora Vozes, em 1976. O livro foi um *best-seller* na época.

A temática, mulher, segundo a tradição marxista, buscou um compromisso com a crítica feminista, assim como teve uma abordagem mais histórica. Contudo, esses estudos permaneceram muito ligados à causalidade econômica. (SCOTT, 1990, p.12) Tratava-se de uma tentativa de compreender as origens do patriarcado- "entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres" (PEDRO, 2005, p.79, 80), portanto as feminista não conseguiram expor como a desigualdade de gênero estruturava as demais desigualdades.⁵ Apesar de vários trabalhos sobre as mulheres em situação de dupla opressão, de classe e de sexo⁶, havia também uma visão de que elas compartilhavam uma mesma opressão, pois, independente da posição que ocupavam na produção, todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal. Nesse período, permanece a ideia da unidade biológica das mulheres, indiferente de

⁵ A obra de Engels, *"A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado"*, no qual é dito que a mulher foi a primeira propriedade privada do homem, era uma importante referência bibliográfica para as feministas. (GROSSI, 1998, p. 3)

⁶ As mulheres das classes trabalhadoras eram consideradas mais oprimidas que as outras. (GROSSI, 1998, p. 3)

sua condição social, todas deveriam se identificar pela morfologia genital.⁷ (GROSSI, 1998, p.2-3).

Edna Roland, durante seu mestrado na PUC de São Paulo, em 1981, seguia essa linha de pesquisa:

"Eu estava estudando psicanálise e era um momento em que eu estava bastante entusiasmada, estudando Freud e essas coisas todas. Então eu tinha, de um lado, um referencial de economia política, por conta da minha formação marxista, e, de outro, um referencial psicanalítico. Eu queria pegar essas duas coisas 'bem simples' e ver como articular esses dois níveis da realidade. E também queria fazer uma pesquisa que fosse mais participante, ter um grau de envolvimento com a situação." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 129)

Contudo, durante os anos 1970-1980, mulheres negras, índias, mestiças, pobres e trabalhadoras, principalmente no contexto norte-americano, consideraram que a pauta política das militantes não as incluía, ocasionando então, inúmeras críticas em relação à categoria "mulher" como figura universal. A noção, por exemplo, de trabalho fora do lar e de carreira defendida por Betty Friedan, no livro *"Mística Feminina"*, não significava para elas uma forma de "libertação", pois essas mulheres sempre trabalharam dentro e fora do lar. (PEDRO, 2007, p.287)

A proposição desse novo debate remeteu à noção de que não havia a "mulher", mas sim diversas "mulheres", e, conseqüentemente, múltiplas identidades. Assim, não era mais possível analisar somente uma única condição feminina, uma vez que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de geração, de etnia, de raça, de sexualidade, de religião e etc. A disciplina histórica e o movimento político começaram então a questionar a viabilidade da categoria "mulheres", e reivindicaram a "diferença"- dentro da diferença como uma questão a ser analisada. (GROSSI, 1998, p.7)

No Brasil, pode-se notar a participação de mulheres negras em diferentes encontros.⁸ Em 1975, durante o Congresso de Mulheres Brasileiras, houve a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras representando o primeiro debate sobre as divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro. Depois de 1985, uma das principais reivindicações do movimento de mulheres negras era a construção de uma identidade feminina negra.

⁷ Esse movimento criticava o caráter universal da palavra "Homem", referindo-se a todos os seres humanos, e reafirmava uma identidade da "Mulher" incluindo, inclusive, suas questões específicas. (MORANT, 2006, p. 619, 631)

⁸ Em 1950, houve a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras que tinha como objetivos favorecer as discussões e as atividades em torno das mulheres e estruturar um departamento jurídico para ajudar a população negra. (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2006, p. 297, 298, 300)

Nesse contexto, Edna Roland, sem se interessar exclusivamente pelas proposições feministas, mas com uma perspectiva racial, começa então a entrar em contato com o movimento negro e a abordar questões de gênero sobre as relações entre as mulheres negras empregadas domésticas e suas patroas. Ainda durante o mestrado, momento no qual estava preocupada com uma abordagem de economia política e de psicanálise,

"concorri a uma bolsa de estudos lá na PUC e, para poder concorrer, eu tinha que definir um tema de pesquisa. Foi uma coisa rápida, eu tinha que fazer. E, na hora em que falei 'o que eu vou estudar, o que eu vou fazer?', me veio o tema do emprego doméstico: queria estudar a relação entre patroas e empregadas domésticas, que eu imaginava então que seriam mulheres de raças diferentes provavelmente." "Para realizar essa pesquisa é que eu começo a buscar o pessoal do movimento negro. Porque eu queria encontrar os sujeitos da minha pesquisa, eu queria entrevistar, eu queria procurar mulheres negras empregadas domésticas. E o caminho como eu achei que deveria fazer isso foi através do movimento negro. A ponte pode ter sido o Miltão Barbosa." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p.128, 129)

Os movimentos negros, caracterizados pela denúncia do “mito da democracia racial”⁹ no Brasil, estruturaram-se politicamente em uma relação de proximidade com os movimentos de esquerda. É verdade que em diferentes circunstâncias, o movimento negro se sentiu abandonado pelos movimentos de esquerda, mesmo os mais progressistas. Em 1946, quando o senador Hamilton Nogueira (UDN) propôs na Assembleia Nacional Constituinte um projeto de lei antidiscriminatória, o PCB se opôs. (DOMINGUES, 2007, p. 110, 111) Porém, nos anos 1970, os militantes do movimento negro também foram identificados como subversivos, os quais ao denunciar o racismo brasileiro, foram acusados pelos militares de introduzir “antagonismos raciais” que supostamente não existiam no país. Desde 1969, foi proibida toda forma de manifestação ou publicação ligada às questões raciais, sob pena de um a três anos de prisão. A constante repressão sofrida pelos militantes dos movimentos negros facilitou, dessa maneira, seu diálogo com todas as organizações mobilizadas na luta contra a ditadura militar, especialmente os grupos comunistas. (KOSSLING, 2008, p. 3, 4)

Além disso, vários líderes do Movimento Negro Unificado- MNU, fundado em 1978, tiveram suas primeiras experiências políticas na Convergência Socialista, organização marxista de orientação trotskiste. Os militantes negros desse movimento acreditavam que a luta anti-racista deveria estar associada diretamente com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção deles, o sistema capitalista se alimentava e se beneficiava do racismo, e, desta

⁹ Durante o governo de Vargas, (1930-1945), foi elaborada no Brasil uma ideologia de harmonia entre as raças. A mestiçagem da população teria permitido uma igualdade entre todos os cidadãos. O livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre; publicado em 1933, exaltava os efeitos positivos da mistura entre brancos, negros e índios na constituição da sociedade brasileira. (D' ADESKY, 2001, p.135-137)

forma, era preciso promover a queda desse sistema e a construção de uma nova sociedade igualitária. Durante todo o período da ditadura militar, a política que conjugava raça e classe atraiu diversos militantes e se tornou a base ideológica do MNU. (DOMINGUES, 2007, p. 112, 113) Diva Moreira, ao se referir à sua militância política atual afirma que "(...) lida com a questão racial sem ter abandonado também o paradigma de classe, nunca joguei o velho Marx e companhia no lixo." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 271)

As influências exteriores também contribuíram para o desenvolvimento de um discurso radicalizado contra a discriminação racial e social. Nos anos 1940-1950, foram introduzidas no Brasil as proposições do movimento *Négritude*.¹⁰ Nesse mesmo período, criou-se um comitê de solidariedade com os povos africanos, que manteve contato com o Movimento Popular de Liberação do Angola (MPLA), de orientação marxista e pro soviética. Os movimentos negros se interessavam bastante pelas lutas de independência dos países africanos, principalmente os de línguas portuguesa. Eles estavam atentos também às lutas pelos direitos civis norte americano e as organizações marxistas, como por exemplo, os *Panteras Negras*. Há uma importante valorização das experiências vindas do exterior, principalmente da África e dos Estados Unidos. (PEREIRA, 2010, p. 93, 94, 98, 103, 146, 166)

Em 1966, com 16 anos, Edna Roland foi fazer um intercâmbio nos Estados Unidos e conta como essa experiência foi fundamental no desenvolvimento de sua consciência racial.

"Uma coisa que meu pai fez logo que eu entrei no primeiro ano do ginásio, aos 11 anos, foi me colocar no curso de inglês e na aula de datilografia, que era o correspondente ao computador de hoje. Eu fiz curso científico no Liceu de Goiás e, no segundo ano, com 16 anos, concorri a uma bolsa de estudos e fui aprovada. Fui então para os Estados Unidos num programa de intercâmbio do American Field Service¹¹. E fiquei morando durante um ano com uma família branca americana em Dixon, uma pequena cidade da Califórnia, que tinha cerca de quatro mil habitantes. Nessa cidade não havia negros, havia um pequeno grupo de mexicanos. A família onde eu fiquei era uma família *Wasp*: branca, classe média, protestante... E eu, nessa época, quando cheguei nos Estados Unidos, não me considerava negra ainda, apesar de já ter vivido experiências de discriminação, especialmente no período em que vivi no Ceará." "Teve um momento que foi fundamental do ponto de vista do desenvolvimento da minha consciência racial. Um dia, os alunos da minha classe, nós fomos para Sacramento, que é a capital do estado da Califórnia. Se minha memória não falha, fomos para uma representação das Nações Unidas. Os estudantes de cada escola iam representar um país, uma simulação das Nações Unidas. Estávamos vindo em um ônibus, os alunos da

¹⁰ Esse movimento serviu de base ideológica para as lutas de independência dos países africanos. (PEREIRA, 2010, p. 93, 94)

¹¹ "American Field Service é um programa de intercâmbio cultural que abrange mais de 50 países e surgiu em 1914, com a missão de transportar soldados franceses feridos." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 58)

minha escola, e vinha vindo um outro ônibus cheio de estudantes negros. E quando estávamos quase chegando lá no local, ouvimos barulhos de bombas explodindo. Esse era um momento bastante tenso nos Estados Unidos, um momento de *rights*, não é? Não sei se eram bombas ou fogos de artifício, mas soavam como bombas. E o barulho das bombas e a aproximação de um ônibus cheio de estudantes negros fizeram com que todos os estudantes do ônibus em que eu estava entrassem em pânico. E eu, junto com os demais colegas, também comecei a sentir medo. Nesse momento, imediatamente parei e pensei: 'Mas por que estamos com medo?' E eu percebi que nós estávamos tendo medo dos estudantes do outro ônibus. E percebi que se estava tendo medo dos estudantes do outro ônibus porque eles eram negros. Então parei para pensar e falei: 'Mas como? Como é possível se ter medo de outra pessoa porque ela é negra? Afinal de contas, o que é isso?' Esse é um momento marcante na minha história, porque é o momento em que eu tomo consciência: 'Eu sou negra. Como é que eu posso sentir medo dos outros estudantes que estão lá?' "No final do ano que passei nos Estados Unidos, nós tivemos uma viagem proporcionada pelo programa American Field Service, em que nós atravessamos os Estados Unidos de ônibus. Saímos de São Francisco e fomos até Nova York, todos estudantes estrangeiros, bolsistas dessa instituição, que estavam naquela região. Eu não me recordo quantos dias nós levamos para atravessar os Estados Unidos. O meu ônibus era uma verdadeira Nações Unidas, porque tinha gente de todos os lugares do mundo. Essa foi uma experiência muito importante também: ter africanos, asiáticos, latino-americanos, europeus, todo mundo dentro do ônibus. E você reconhecer toda a diversidade cultural e étnica dos seres humanos. Lembro claramente que a questão da minha consciência negra começou a aflorar durante o período dessa viagem, e foi se tornando cada vez mais intensa. E, nesse processo de atravessar os Estados Unidos, comecei a transformar a minha própria imagem, comecei a deixar cabelo *black power*, num momento em que a imagem de Angela Davis¹² era muito forte na televisão, essa coisa toda. E quando chego no Brasil, eu já chego com o cabelo *black power*.¹³ " (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 58, 59, 72)

Porém, Edna Roland afirma que sua militância política no movimento negro teve início somente em 1981, durante seu mestrado na PUC de São Paulo.

" (...) Defini o meu projeto incluindo a temática racial. Era uma das coisas que eu queria investigar. Porque até então a questão da consciência racial, para mim, era uma coisa puramente, digamos, de ordem pessoal, individual. Tinha acontecido lá nos Estados Unidos, redefiniu a minha identidade pessoal, eu me considerava negra, mas não teve imediatamente uma militância política. A minha militância foi, inicialmente, no movimento estudantil e, depois, nessa questão do movimento *underground* contra a ditadura, vinculada a essa organização. Na década de 1970 eu não tinha contatos com o movimento negro." "Eu lembro que o contato com o Miltão¹⁴ foi no momento em que eu queria contato com o movimento negro. Aí eu já

¹² Na década de 1960, Angela Davis tornou-se militante do Partido Comunista dos Estados Unidos e participou ativamente dos movimentos negros e feministas. Em 18 de agosto de 1970, Angela tornou-se a terceira mulher a integrar a Lista dos dez fugitivos mais procurados do FBI, ao ser acusada de conspiração, sequestro e homicídio.

¹³ A tese de doutorado de Nilma Lino Gomes mostra como o corpo e o cabelo crespo, para as mulheres, são ícones de construção da beleza e símbolos da identidade negra. (GOMES, Nilma Lino, 2002, p. 1)

¹⁴ Milton Barbosa foi um membro da Convergência Socialista e um dos fundadores do MNU. (DOMINGUES, 2007, p. 113)

não era mais pesquisadora procurando sujeitos de pesquisa. Aí já é um momento em que eu queria realmente me tornar militante. Porque, nesse processo de investigar, vai acontecendo uma coisa de identificação minha com o movimento, com a temática, com a luta. E isso vai se tornando não um tema de pesquisa, mas um tema para a minha vida. Vai ocorrendo esse processo de transformação." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p.128, 129)

Diva Moreira também aponta a ausência de discussões sobre a questão racial no interior do partido comunista.

"Era uma coisa que não existia. No Partido Comunista, nada; na Igreja Católica, nada: éramos todos filhos de Deus; no movimento estudantil, nos movimentos de esquerda, essa questão não emergiu. Ela sequer poderia ter sido chamada na época de epifenômeno, de uma questão de superestrutura, porque não existia. Era a invisibilidade total e absoluta da questão racial naquela época." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 52)

Dessa forma, seu engajamento na luta anti-racista só aconteceu na década de 1980.

"(...) A questão racial não emergia. Não emergia em mim. Em todos esses movimentos sociais, em todos esses contextos sociais dos quais eu fiz parte, em toda a minha rede de relações, nunca a questão racial emergiu!" (...) Eu comecei a perceber quando fui fazer mestrado em ciência política, também na UFMG, em 1972. Foi um professor louro de olho azul, Benicio Viero Schmidt, na ciência política, a pessoa que, pela primeira vez, me chamou de negra. E falou assim: 'Você gostaria que eu te apresentasse o professor Frank Bonilla?'- que era um pesquisador especializado no Caribe que morava nos Estados Unidos e trabalhava com a questão racial. Ou seja, eu já era velhinha, com meus 'vinte e caquerada', quando ele chegou para mim para me perguntar se eu gostaria que ele me colocasse em contato com o Frank Bonilla para, eventualmente, ir para os Estados Unidos para estudar com o Frank, porque eu era negra. Foi a primeira pessoa que fez esse tipo de abordagem. Naquela época, a questão racial estava no porão da minha mente. Alguma outra coisa que aparecia, uma palestra, eu ia; algum livro que caía na minha mão... Por exemplo, eu li, muito lá para trás, um livro de James Baldwin, e desse livro eu aprendi uma lição que se encarnou em mim profundamente: os negros têm que fazer o dobro do que os brancos fazem para serem reconhecidos pelo menos a metade. Então essa questão do desempenho excelente, de pelo menos tentar ser muito boa, fazer o melhor, ser muito exigente, rigorosa, está muito presente para mim, graças ao autor americano chamado James Baldwin. Mas não me interessei pela sugestão de conhecer o Frank Bonilla. Já estava com mil inserções aqui, então não me interessei pela questão racial. (...)" (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 52)

Contudo, foi a parti das leituras de esquerda que Diva adquiriu sua consciência racial.

"Eu fique sabendo da existência do movimento negro contemporâneo no final da década de 1970, mas ainda não tinha politizado a questão racial. Tinha um interesse teórico apenas, mas não tinha me engajado nas lutas anti-racistas. Isso vai acontecer tardiamente. Eu já tinha 40, 41 anos quando surgiu a Casa Dandara, em 1987. E como isso aconteceu na minha vida? Eu estava lendo um livro de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, que é um clássico da sociologia brasileira no que diz respeito à questão racial, e ele fala que, no pós-Abolição, as entidades do movimento negro que surgiram tinham dificuldades de se manter porque

faltavam quadros qualificados, faltava dinheiro. Então havia dificuldade de 'institucionalizar o meio social negro'. Isso é uma expressão do Florestan Fernandes. Eu falei: 'Puxa vida, com 40 anos, com toda essa bagagem, com toda essa capacidade, eu não fiz nada em termos concertos para o meu próprio povo.' Eu não me senti motivada pelo MNU. Achava o pessoal sectário, dentro da minha visão marxista, que nunca abandonei (...) Aí eu falei: 'Agora eu tenho que fazer alguma coisa.' E saí do Partido Comunista. A minha ideia era que a minha inserção no movimento negro não fosse percebida pelas pessoas como sendo algo vinculado ao Partido. Saí sem briga, não teve briga nenhuma. Sou uma pessoa que tem a maior gratidão, tenho muito orgulho do meu passado (...). Eu falei: 'Agora vou dedicar toda a minha energia, todo o meu tempo, toda a minha capacidade intelectual para a questão racial.' Eu sou devedora de Florestan Fernandes em relação a isso. Sabe aquela coisa que dá um clique na cabeça da gente? Olha, a coisa foi tão forte que larguei um emprego que era um dos maiores salários de Minas Gerais, e eu poderia ser aposentada hoje. Eu era a única mulher negra na Fundação João Pinheiro, uma fundação respeitadíssima." "Uma outra razão também pela qual não quis entrar no MNU é porque eu sonhava com uma entidade que fosse realmente de base, que alfabetizasse os negros analfabetos, porque eu tinha vindo de uma família extremamente pobre e, além disso, tinha o compromisso social colocado pela Igreja, pelo Partidão. Então, não era fazer a pregação racial, digamos, para um público escolarizado. Porque eu sabia inclusive que era um público extremamente limitado. Então, a ideia era fazer uma entidade que pudesse combinar um trabalho de construção da consciência política, da consciência crítica, através de atividades culturais, coisas gostosas, encontros." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 271, 272)

O movimento de mulheres negras que amadurece na década de 1980 é, assim, fruto de um longo processo de interseção entre os movimentos negro, feminista e de esquerda. A década de 1980, marcada pelo processo de transição democrática, foi determinante e decisiva para a participação das mulheres negras nos diferentes espaços institucionais. Diante desse novo contexto de abertura política, o Estado aparece como ponto central para a definição de projetos nacionais capazes de favorecer a inclusão igualitária das minorias raciais e de gênero.

Edna Roland atuou no Conselho Estadual da Condição Feminina,

"(...) em 1988, ano do centenário da Abolição, Jacqueline Pitanguy, que era então presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, resolveu criar um programa da Mulher Negra no Brasil e convidou Sueli Carneiro para coordená-lo. Sueli aceitou o convite da Jacqueline e me chamou para assumir a coordenação da Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual. Nesse momento ocorreu a mudança de governo (...), e a nova presidenta do Conselho Estadual era, então, a vereadora Ida Maria." "Assumi a coordenação da Comissão de Mulheres Negras (...) e achei que era preciso ter uma proposta mais articulada, uma coisa que organizasse vários assuntos, que pretendíamos debater no ano do centenário da Abolição. Então apresentei a proposta de se realizar o Tribunal Winnie Mandela. (...) Periodicamente havia articulações ou manifestações contra o *Apartheid*, em defesa da libertação de Mandela, mas como nós estávamos em um espaço que era um espaço feminino, tínhamos que pegar a face feminina dos

Mandelas. O Tribunal Winnie Mandela seria um tribunal que teria como objetivo avaliar a Lei Áurea cem anos depois: as consequências da Lei Áurea para as mulheres negras especialmente e para a população negra como um todo." "Esse projeto começou a ser elaborado em uma parceria entre o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a OAB, que naquele momento tinha a OAB Mulher, a Comissão da Mulher Advogada (...). Ele causa, inicialmente, um debate acirrado no interior do Ministério da Justiça, que é onde o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estava localizado. O ministro era o Paulo Brossard, e ele considerou absurdo que o Estado brasileiro fosse avaliar uma lei que tinha sido elaborado pelo próprio Estado. Ele, a princípio, não queria admitir que o projeto tivesse esse objetivo. Um segundo problema era o nome do tribunal: Winnie Mandela. O Ministério da Justiça temia que o desenvolvimento desse projeto pudesse implicar em manifestações públicas na porta da embaixada e dos consulados da África do Sul, pelo Brasil afora, na medida em que o projeto pudesse vir a estabelecer relações entre o que se passava no Brasil e o que se passava na África do Sul. E era isso mesmo que a gente queria fazer e que o governo brasileiro temia: esse estabelecimento de relações." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 254, 255)

As palavras de Edna apontam o receio dos poderes públicos em relação denúncia do problema do racismo no Brasil.

"Jacqueline Pitanguy (...) aceitou fazer algumas concessões para que o projeto pudesse prosseguir. (...) Em vez de fazer audiências públicas para ouvir casos, queixas e registros de demandas, passou-se a ter uma série de seminários abordando, cada um, um tema diferente. Continuaría havendo o júri simulado, mas o processo dos depoimentos, da coisa viva e quente, isso foi eliminado para que o projeto pudesse ser aceito pelo Ministério da Justiça." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 255, 256)

Segundo Edna Roland, a presença das mulheres negras e as discussões em torno das questões raciais também não eram bem vistas por Ida Maria, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina.

"O problema da Ida Maria era que nós mulheres negras, nós duas, lá dentro do Conselho, causávamos muito incômodo. Era o ano do centenário da Abolição, o Brasil inteiro estava em ebulição, inúmeras organizações negras sugeriram e foram criadas ao longo de 1988, mil mobilizações, mil coisas. E nós utilizávamos, é verdade, toda a base material do Conselho da Condição Feminina para mobilizar o movimento, especialmente de mulheres negras, em nível nacional. Tinha dia em que todas as linhas de telefone do Conselho estavam ocupadas por nós. Nós tínhamos que fazer isso, era uma oportunidade única que estava se apresentando. Ao mesmo tempo em que estávamos organizando o Tribunal Winnie Mandela, eu e Lúcia estávamos ajudando a organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. E a comissão do Conselho foi responsável pela organização da segunda reunião preparatória do I Encontro, que aconteceu em São Paulo, em uma faculdade. Então estávamos mobilizando as mulheres negras do Oiapoque ao Chuí, e isso era insuportável para a presidenta. A partir da postura do governo Quércia, ela foi desarticulando todas as relações que o Conselho tinha com o movimento de mulheres- de mulheres em geral. Porque, na visão dela, não era papel do Conselho ficar fazendo esse tipo de interlocução com a

sociedade civil, mobilizando o movimento. O papel do Conselho era formular e implementar políticas públicas de Estado." " Depois que passou o tribunal, no final do ano, a Ida Maria mandou uma carta para a Secretária da Saúde, de onde eu era originária, dizendo: 'Não necessitamos mais desta funcionária.' Aí eu deveria voltar para a secretaria. Mas em 1989 a Erundina foi eleita. E aí, uma companheira do movimento feminista, Maria José de Oliveira Araújo, a Mazé, que hoje coordena o Programa de Saúde da Mulher no Ministério da Saúde, foi convidada pelo secretário de Saúde Eduardo Jorge para coordenar o Programa de Saúde da Mulher e me convidou para ir trabalhar na Secretaria da Saúde do governo da Erundina. Então integrei a coordenação do Programa de Saúde da Mulher da prefeitura de São Paulo." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 256, 257)

Diva Moreira confirma igualmente a inquietação dos poderes públicos de Minas Gerais face à luta anti-racista:

" Em 1998, criamos em Belo Horizonte a primeira Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra (...)." "(...) Teve vereador que falou: 'Isso é uma vergonha para Belo Horizonte. Imagina, se fora daqui me perguntarem: 'Uai, que trem esquisito, em Belo Horizonte tem uma secretaria para assuntos da comunidade negra?' Isso é uma bobagem, é uma vergonha para Belo Horizonte uma secretaria dessas.'" "Aí, é claro, com minha experiência de Partidão: ' Vou montar uma tática para que a gente alcance tal objetivo estratégico.' Qual era a minha tática? Era conversar com os líderes de bancada primeiro, porque eles "azeitariam" seus comandados. Tinha uns mestiços lá, e teve gente que falou: 'Eu não recebo ela.' Só teve um, um evangélico, que categoricamente não me recebeu." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 221, 223)

Muitos vereadores criticavam até o próprio convite feito a Diva para participar da Secretaria Municipal:

"O Célio é racista. Ao invés de convidar a senhora para a Secretaria de Educação, para a Secretaria da Cultura, para a Secretaria do Desenvolvimento Social, foi convidar para a Secretaria da Comunidade Negra. Isso é racismo! Belo Horizonte não tem a questão racial. Os negros são discriminados por serem pobres e não por serem negros.' Era tudo o que eu ouvia naquela época: 'Vai acirrar o racismo dos negros contra os brancos. Vai ser um vexame isso, porque daqui a pouco os homossexuais vão querer ter a secretaria dos homossexuais, os carecas...'. Aí virava avacalhão, o debate realmente caía de nível." " (...) Eu não tinha nada para oferecer: não tinha cargos... O prefeito não falou para mim: 'Diva, se estiver difícil lá, você fala que x obras que eles querem fazer serão feitas.' Não foi. Não teve nada para barganhar com eles. Era uma comunidade que não tinha dinheiro nenhum, não tinha nenhum capital eleitoral, que eu pudesse falar (...). Eu não tinha nada. Eu tinha o meu convencimento e minha poderosa fé em Deus, que nunca eu desgrude dela. (...)" " Aí, então, eu vou resumir uma bela história para vocês: esse nosso povo simples, miudinho, nas comunidades pobres, começou a fazer pressão em cima dos vereadores majoritariamente eleitores nas comunidades." (ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 223, 224, 225)

Tanto Edna Roland como Diva Moreira, começaram a militância política nos movimentos de esquerda, em seguida aderiram ao movimento negro e, enfim, o movimento feminista. A trajetória dessas mulheres é construída a partir de experiências e diálogos entre os diferentes movimentos sociais. Elas sempre favoreceram à articulação da militância comunista com abordagens que envolvam outras questões como gênero e raça. Porém, assim como Edna e Diva, várias outras mulheres negras se engajaram contra o autoritarismo, o sexismo e o racismo durante a ditadura militar. Por fim, esse artigo pretendeu assim, contribuir para uma maior visibilidade das negras no processo histórico brasileiro.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Histórias do movimento negro no Brasil-depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

AMADO, Janaina e MORAES FERREIRA Marieta de. **Usos e abusos da história oral**. 8 edição. Rio de Janeiro : FGV, 2006.

CHADAREVIAN, Pedro C. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). **Política e Sociedade**, Florianópolis, volume 11, nº20, p.255- 283, abril de 2012.

D'ADESKY, Jacques Edgard. **Racismes et antiracismes au Brésil**. Paris: L'Harmattan, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, São Paulo, vol.12, nº23, p. 100-122, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. São Paulo, 2002, Tese (doutorado), USP.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p. 1-18, 1998.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras, **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ e PPCCIS/UERJ, v.3 n.2, p. 464-478, 1995.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. Movimentos negros no Brasil entre 1964-1983. **Revista Perseu História, Memória e Política**, edição n. 2, ano 2, p. 1-29, agosto 2008.

MORANT, Isabel (dir). **Historia de las mujeres en España y América latina**. Madrid: Catedra, 2006.

MOREIRA, Nubia Regina. **Organização das feministas Negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, Ciências Sociais-Sociologia, 2011.

PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa Histórica das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27, nº54, p. 281-300, 2007.

----- Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n° 1, p. 77- 98, 2005.

PEREIRA, Amílcar Araujo. « **O mundo Negro** » a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil, (1970-1995). Niterói, 2010. 268 páginas. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHEIBE WOLFF, Cristina, PEDRO, Joana Maria. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SCHUMACHER, Schuma, VITAL BRAZIL, Erico. **Dicionário das Mulheres Negras do Brasil**, 1º Edição, Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL História do Brasil, 2007.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, volume 16, n° 2, p. 5- 22, Julho/dezembro 1990.